

Os arqueólogos e os índios...vivos! Reflexões sobre arqueologia pública, políticas públicas e sociedades indígenas

*Jaisson Teixeira Lino**

*Katianne Bruhns***

Resumo

O presente artigo propõe algumas reflexões sobre as relações entre a arqueologia pública, as políticas públicas e as sociedades indígenas no Estado de Santa Catarina, por meio de uma discussão voltada para a inclusão de minorias étnicas nas agendas de pesquisa. Defende-se uma estratégia de pesquisa socialmente engajada, contribuindo para a adoção de políticas públicas em favor dos grupos indígenas.

Palavras-chave: Arqueologia pública. Políticas públicas. Sociedades indígenas. Educação patrimonial.

O presente artigo tem por objetivo realizar algumas reflexões sobre a relação sempre tensa e conflituosa entre a prática arqueológica e as minorias étnicas, neste caso em particular, as sociedades indígenas que atualmente ocupam terras no Estado de Santa Catarina. Acreditamos que estas questões são pertinentes na medida em que cresce o número de pesquisas de arqueologia, principalmente por meio do licenciamento de obras de engenharia, gerando, desta forma, oportunidades para pesquisadores e agentes locais travarem relações.

Em um primeiro momento, realizamos uma discussão de como a arqueologia tem se relacionado com as sociedades indígenas, descrevendo exemplos bem sucedidos no Brasil. Para o caso específico do Estado de Santa Catarina, procuramos demonstrar a viabilidade de tais relações por meio de dois exemplos práticos por nós efetuados: 1) índios Guarani e Kaingang em Chapecó e; 2) índios Guarani em Palhoça. Sendo que ambas foram realizadas dentro do âmbito da arqueologia de contrato no ano de 2008. Por fim, propomos a adoção por pesquisadores de uma arqueologia socialmente engajada, levando-se em consideração as múltiplas construções do passado.

Arqueologia e Sociedades Indígenas

A abertura para novos problemas e enfoques que a arqueologia obteve a partir da década de 1980 já produz efeitos positivos nesta primeira década do século XXI. Embora com certo atraso, a avaliação crítica, imprescindível para o desenvolvimento da disciplina, vem obtendo mais e mais espaço nos textos produzidos por diferentes gerações de arqueólogos¹.

Esta mesma agenda está incluindo cada vez mais a preocupação com a função social do arqueólogo e, conseqüentemente, a adoção de projetos de pesquisa que incluam as comunidades e as minorias, ausentes da narrativa historiográfica. Observando os Anais do XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, que ocorreu em 2007, na cidade de Florianópolis/SC, percebe-se a inclusão maciça de pesquisas dos “povos sem história”, no sentido do termo adotado por Wolf (1990).

Os motivos do atraso e resistência em agregar as questões sociais que envolvem a arqueologia devem ser percebidos a partir de um viés histórico, principalmente observando-se o turbulento período político ditatorial e a execução, no mesmo período, do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), cuja diretriz acrítica, continua ainda nos dias atuais a guiar uma parcela de pesquisadores (FUNARI, 1994 e 2004).

As sociedades indígenas das Américas, de modo geral, e do Brasil, em particular, obviamente estão incluídas dentro deste rol de minorias étnicas, sofrendo genocídio e etnocídio em mais de cinco séculos! Atualmente, o Estado, e suas políticas de desenvolvimento, continuam o processo histórico de esbulho dos minguados territórios indígenas. Não há, deste ponto de vista, como não entender as ameaças de suicídio coletivo de índios Guarani no Mato Grosso do Sul².

Uma parcela importante da arqueologia praticada no Brasil, é antes de mais nada, uma arqueologia indígena, no sentido de estudar, em seus mais diversos aspectos, os processos de continuidade e mudança das sociedades nativas, classificadas com termos como “pré-históricas” ou “pré-coloniais”.

Vale à pena passarmos em revista alguns exemplos de pesquisas que envolvam arqueologia e sociedades indígenas no Brasil. Para fins pragmáticos, poderíamos dizer que a arqueologia desenvolve cinco tipos distintos de atividades, cujos grupos indígenas desempenham papel importante no processo de construção do passado, contribuindo para, ao menos diminuirmos a profundidade do abismo de que nos fala Johnson (2000). Estas atividades são: 1) Inclusão, dentro de uma perspectiva de longa duração, da história das sociedades indígenas em tempos históricos em continuidade com o registro estático do passado; 2) Demarcação de terras; 3) Participação ativa em trabalhos de campo; 4) Etnoarqueologia e 5) Educação Patrimonial.

Uma massa interessante de trabalhos está incorporando a história indígena, agregando dados interdisciplinares e contribuindo, inclusive com a aproximação da arqueologia e da história, em um quadro interpretativo comum. Deste modo, supera-se a rigidez

epistemológica enquadrada na dicotomia pré/pós-colonial. O famoso e já bastante citado argumento de Brochado (1984, p. 565) merece aqui ser repetido:

A arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas históricas e atuais, pois se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que as produziram, o mais importante terá se perdido.

Neste sentido, documentos etno-históricos e antropológicos ganham em importância, utilizando-os de maneira crítica juntamente com o estudo dos artefatos. O enfoque conhecido como “histórico-direto”, influenciado pelas vertentes processualistas, proporcionou a criação de modelos interpretativos alternativos para a arqueologia Guarani no sul do Brasil. Este viés proporcionou uma série de mudanças importantes pela utilização interdisciplinar de fontes advindas da etnologia, linguística, história, biologia, geografia, e pela consequente vinculação do registro arqueológico com a história dos grupos indígenas pós-coloniais. Respeitando a historicidade destes diferentes grupos, corrigiram-se erros graves criados pelo PRONAPA, separando-se os Tupinambá e os Guarani, por exemplo. A defesa de uma história Guarani de longa duração talvez tenha sido a maior contribuição desta vertente, associada à noção de manejo agroflorestal que permitia abundância de recursos e o estabelecimento de aldeias sedentárias. Aspectos de ordem simbólico e sociopolítico também foram incluídos, mesmo que ainda de maneira tímida, nas agendas de estudos dos pesquisadores vinculados a estes aportes teóricos (ver em especial Brochado, 1984.; Noelli, 1993; Soares, 1997; Lino, 2007 e 2009)³.

Devido às espoliações continuamente sofridas pelas populações indígenas, naquilo que possuem de mais importante, isto é, terra para reproduzir seu *modus vivendis*, arqueólogos tem sido chamados a emitir pareceres sobre a antiguidade e legitimidade da ocupação indígena em dado território. Trata-se de tema de muita controvérsia e polêmica, distante ainda de uma solução epistemológica para o

desenvolvimento de tais atividades.

A questão judicial das terras Kaiowá no Estado do Mato Grosso do Sul ilustra bem o estado da arte da questão. Martins (2003) analisa os resultados de peritagem realizada na terra indígena Sucuri'y, concluindo que o percurso histórico da região levou a um impasse na posse das terras, disputadas por índios e latifundiários. Como solução, o autor propõe que a União deve arcar com os valores de indenização dos atuais proprietários, uma vez que o poder público seria o culpado por transferir terras indígenas para o setor privado.

Uma crítica contumaz a este trabalho de demarcação foi realizada por Oliveira (2006). Para este arqueólogo, a demarcação de terras indígenas com base na cultura material é dificultada pela confusão histórica das intrincadas relações da identidade étnica. Partindo do pressuposto de que as fronteiras étnicas, antes de serem estanques e facilmente observáveis, são fluídas e, além do mais, os marcadores étnicos podem ser acionados em situações de conflito. Para o caso específico dos Kaiowá, critica o uso indiscriminado do termo "Guarani", principalmente no que se refere à correlação entre língua x cerâmica. Outro tópico importante é a ideia de que, na demarcação de terras indígenas, o arqueólogo deve-se ater ao passado memorial do grupo, isto é, se já estavam ali assentados quando da ocupação por parte dos brancos. Condena, portanto, o contrário, que é tratar da busca por tempos imemoriais, procurando-se observar "os primeiros" grupos étnicos que ali se estabeleceram.

Embora um território complicado, concordamos com Funari (2007) sobre a importância da pesquisa arqueológica neste campo, desde que realizada com instrumental teórico-metodológico adequado, contribuindo para a autoafirmação das minorias étnicas e sociais.

A Etnoarqueologia pode ser conceitualizada como uma subdisciplina da arqueologia que procura inferir, através de sociedades vivas, modos materiais e imateriais de sociedades que se encontram no registro arqueológico. Porém, alertam Renfrew e Bahn (1993, p. 174) que a Etnoarqueologia "é uma aproximação indireta para a compreensão de qualquer espaço social"⁴.

Neste particular é que reside o principal problema da disciplina: o

anacronismo. Por outro lado, contribuiu para o aumento do debate e o conseqüente aprimoramento dos métodos. Para o propósito deste artigo, basta dizer que os modos de vida tradicionais ameríndios ganharam importância na arqueologia, aproximando o passado e o presente na história indígena.

Como exemplo do uso bem sucedido de dados etnográficos, não há como não citar o importante trabalho de Silva (2000) junto aos índios Asurini do Xingu, cujos *insights* têm sido utilizados por pesquisadores que convivem com problemáticas interpretativas de grupos ceramistas.

A ação participativa de grupos indígenas junto a projetos de arqueologia possui duas implicações, que se retroalimentam. De um lado, promove a inclusão social e econômica junto à comunidade local, em detrimento de formar equipe apenas com pesquisadores “alienígenas”. Além disso, e o mais importante, propõe uma relação dialética entre as diferentes formas de interpretação do passado, confrontando as estruturas de pensamentos dos scholars e dos nativos. Embora diferentes, estes saberes se autocompletam, contribuindo para uma interpretação mais dinâmica dos problemas arqueológicos.

Esta inclusão de agentes locais está intimamente ligada com os pressupostos da chamada arqueologia pública, a qual, em um congresso internacional⁵, discutiu-se a importância das comunidades para o avanço da arqueologia. Como resultado destas recomendações, muitos estudos foram elaborados no qual, para o contexto brasileiro, gostaríamos de destacar o projeto desenvolvido por Green, Green e Neves (2003), junto a índios da Reserva Uaçá, no Estado do Amapá. A tese central dos autores é a de que:

Nosso argumento é o de que a arqueologia pública inclui não uma série de metas e atividades adicionais para a tarefa arqueológica, mas antes que a arqueologia pública constitui um enfoque diferente para a produção de conhecimento e que possibilita benefícios tanto para cientistas bem como para a comunidade (p. 369)⁶.

Neste projeto, os índios puderam participar de etapas de

levantamento e escavação, cambiando a noção inicial de “caçadores de tesouro” inerentes à profissão do arqueólogo, pela constatação de que os pesquisadores poderiam contribuir para a afirmação de identidades tribais.

Segundo Moi (2003), aos poucos, os arqueólogos estão aproveitando esta mudança de paradigmas sobre o patrimônio e utilizando informações orais para complementar ou suplementar as pesquisas. Como exemplo, a autora descreve sua experiência com grupos indígenas do Mato Grosso, que lhe ajudaram a interpretar gravuras rupestres em abrigos sob rocha e que, segundo os índios, seriam desenhos representando a construção de objetos de cesto. Talvez, para o arqueólogo, a interpretação daquelas figuras abstratas seria outra, completamente diferente.

A educação patrimonial junto a comunidades indígenas será discutida a seguir, a partir de duas experiências por nós obtidas junto a grupos assentados no Estado de Santa Catarina.

Arqueologia, Educação Patrimonial e Sociedades Indígenas em Santa Catarina

Por meio da execução do projeto intitulado “Arqueologia Preventiva da LT 69 Kv PCH Rodeio Bonito”, realizado no município de Chapecó/SC, objetivou-se a realização de monitoramento, sinalização, educação patrimonial e escavações em oito sítios arqueológicos. Este município se destaca pela (ainda) marcante presença indígena, salientando que este Estado da federação, cujo estereótipo de “Europa brasileira” se contrapõe ao espanto que ainda muitos podem ter ao mencionar a existência de sociedades indígenas no sul do Brasil (SANTOS, 1977).

A escolha do Toldo Chimbangue e Toldo Kondá para a realização de um programa de educação patrimonial, além de nossos objetivos em incluir as sociedades indígenas nas pesquisas arqueológicas, se deve à sua localização, nas proximidades do projeto citado.

O Toldo Chimbangue divide-se em duas aldeias denominadas Chimbangue I e Chimbangue II. A primeira conta com 64 famílias em um total de 377 habitantes; a segunda possui 26 famílias em um

total de 78 pessoas, totalizando 455 indivíduos.

O todo Kondá também é formado por duas aldeias denominadas Paria Bonita e Gramadinho. A aldeia Paria Bonita conta com 76 famílias em um total de 140 pessoas, enquanto que Gramadinho possui um total de 280 habitantes distribuídas entre 22 famílias, totalizando 420 indivíduos.

A primeira etapa da participação indígena neste projeto consistiu na integração de índios junto à equipe de pesquisa, a qual recebeu treinamento anterior. Em um dos sítios escavados, índios Guarani e Kaingang observaram a pesquisa arqueológica, contribuindo e questionando sobre os artefatos que encontrávamos. Posteriormente, puderam participar das escavações dos demais sítios pesquisados neste projeto.

A segunda etapa consistiu na execução de um programa de educação patrimonial direcionado à escola indígena Fen'no, que abriga alunos de todas as aldeias mencionadas anteriormente. Antes da realização, um planejamento detalhado e reuniões com a comunidade pautaram as escolhas e expectativas, direcionando o programa educativo de acordo com as diretrizes indígenas.

Em um primeiro momento, as atividades foram desenvolvidas com alunos da escola, formados por índios Guarani, Kaingang e alguns não-índios. Historicamente inimigos e hoje reduzidos em pequenos trechos de terra, estes grupos procuram atuar em conjunto em prol de reivindicações comuns. Contudo, a presença de diferentes etnias indígenas resultou na difícil tomada de decisões no que se refere aos conteúdos que discutiríamos.

Ainda dentro do planejamento para os alunos, decidimos subdividir em três turmas diferentes: 1ª, 2ª e 3ª séries em um total de 55 alunos, 4ª, 5ª e 6ª séries em um total de 43 alunos e 6ª, 7ª e 8ª séries com um total de 28 alunos. Desta maneira, pode-se dividir também por faixa etária e direcionar melhor a linguagem e as atividades a serem desenvolvidas.

Em outro momento, realizamos o programa com 12 professores e o diretor da escola procurando, em um nível mais crítico, discutir as questões-chave da história das sociedades indígenas no oeste de

Santa Catarina.

Em todas as etapas, o resultado positivo permitiu a observação do ponto de vista nativo para com a interpretação do passado, colocando em juízo inclusive a práxis arqueológica, além dos significados dos artefatos.

Um ponto importante e que gerou uma interessante discussão foi um tipo de sítio arqueológico comum no planalto meridional conhecido na literatura arqueológica como “estrutura subterrânea” ou “casa subterrânea”, cuja construção e uso está relacionada com o sistema de assentamento Jê regional. A interpretação dos interlocutores sobre a funcionalidade gerou uma infinidade de questionamentos e pontos de vista.

Durante a vigência do projeto de salvamento arqueológico das obras de readequação da rodovia BR 101, trecho Palhoça-Passo de Torres, na região centro-sul do estado de Santa Catarina, tivemos a oportunidade de participar de um programa de educação patrimonial de amplas proporções, envolvendo, de maneira direta, as comunidades atingidas por este empreendimento.

Para os objetivos deste artigo em particular, interessa aqui repassarmos atividades desenvolvidas junto à comunidade Guarani da aldeia Itaty, de Morro dos Cavalos, diretamente envolvidas nesta obra de engenharia, uma vez que a aldeia está situada nas margens desta rodovia. Vivem, nesta comunidade, cerca de 136 indivíduos, que além da terra ser imprópria para o cultivo, tentam defender seus direitos junto a posseiros, sendo que a luta pela demarcação das terras têm encontrado a omissão do Estado para a questão.

Os temas abordados e a dinâmica adotada foram amplamente discutidos com a comunidade e com o cacique. Após estas reuniões, definiu-se uma agenda de atividades que cumprisse com os anseios dos índios e às expectativas dos pesquisadores. Como sabemos esta interação, embora tensa e conflitual, gera o instrumental necessário para a adoção dos pressupostos da arqueologia pública.

Dentre as diversas atividades desenvolvidas em conjunto, gostaríamos de destacar a confecção de uma cartilha didática bilíngue, por se tratar da principal reivindicação da aldeia, conjugando

perspectivas dos cientistas e da comunidade na construção de uma história do passado presente nesta publicação. Inclusive as ilustrações foram avaliadas pelos Guarani, antes da inclusão final na cartilha.

Este episódio ilustra o acionamento da língua, como um importante recurso de etnicidade deste grupo, através do registro das palavras Guarani em uma publicação também destinada aos não-índios.

Tal fato se reveste de importância porque a terra indígena, ainda não regularizada, está sendo requerida por posseiros, aliado a problemas enfrentados com relação às obras rodoviárias citadas, devido à construção de túnel no subsolo da aldeia. Paradoxalmente, enquanto obras de desenvolvimento contribuem para amealhar terras indígenas, arqueólogos que atuam no licenciamento destas obras podem contribuir de outra maneira, neste caso, a favor das reivindicações nativas.

Arqueologia e políticas públicas: Arqueologia Pública

Entendemos que os arqueólogos podem e devem desenvolver políticas públicas junto às comunidades indígenas, mesmo que isto aconteça em um âmbito privado. Estas políticas visam o engajamento social do pesquisador, contribuindo para a sustentabilidade e a autoafirmação das minorias, continuamente exploradas e agredidas moralmente e fisicamente.

Se um arqueólogo inclui em seus projetos esta preocupação social, independente se estiver cumprindo contrato empresarial ou pesquisa acadêmica, ele estará fazendo uma única arqueologia: a arqueologia pública. Devido a isso, precisamos entender como este termo tem sido tratado na literatura especializada.

Primeiramente, a noção do que as diferentes esferas de ação do Estado e os arqueólogos entendem como “público”, varia muito, considerando-se os contextos de interesses políticos de dado momento histórico, para o caso do Estado, e o contexto temporal e geográfico de pesquisa, para o caso de pesquisadores.

Em nosso caso, isto é, o “público” que no momento estamos analisando, historicamente está “fora” da noção muito ampla

e ingênua de que o Estado provê o bem-estar e a um só tempo, defende os interesses de seus “cidadãos”. Obviamente, todos nós conhecemos os processos históricos pelo qual as sociedades indígenas foram moralmente e fisicamente violentadas pelo poder estatal. Basta então, dizer que os interesses de uma outrora maioria, e agora minoria, nunca fizeram parte dos projetos de “interesses de defesa dos cidadãos” adotadas pelo Estado. Ainda assim, baixo o termo “tutela”, a União tenta, forçosamente é bem verdade, demonstrar o quão os índios também fazem parte deste imenso projeto de Nação.

Em segundo lugar, o nosso conceito de arqueologia pública, parte dos pressupostos do “modelo de múltiplas perspectivas” discutido por Merriman (2004). Este enfoque permite a inclusão da “ação participativa” dos diversos segmentos da sociedade, com ênfase nas minorias, sejam divididas em etnias, gênero, religião e associações, dentre outras. Os benefícios deste modelo podem ser assim resumidos:

A vantagem deste enfoque para a arqueologia pública é o de reconhecer a importância da agência: não importa o quanto os arqueólogos conservadores tentem, não-arqueólogos podem reapropriar-se, reinterpretar e renegociar significados das fontes arqueológicas para suas próprias agendas pessoais. Isto é melhor, seguramente, para trabalhar ativamente com este enfoque quando consideramos a relação entre arqueologia e não-arqueólogos, do que tentar forçar o público a seguir uma única agenda (MERRIMAN, 2004, p. 07)⁷.

Contudo, é necessário admitir, que o “modelo de déficit” discutido por este mesmo autor, possui alguns pressupostos importantes, que devem ser balanceados, buscando-se um ponto de encontro entre os interesses de pesquisadores e comunidades. Referimos-nos principalmente com os perigos que um “hiper-relativismo” pode ocasionar, proporcionando abusos das interpretações do registro arqueológico, permitindo, inclusive, o surgimento de “uma celebração acrítica do público com a arqueologia”. (MERRIMAN, 2004, p. 07). Argumentos de que o holocausto nazista ou as torturas e mortes durante a ditadura militar brasileira nunca existiram,

comprometem demasiadamente a práxis científica das ciências sociais.

De modo mais restrito e amparado nas atividades anteriormente citadas, entendemos que este conceito de arqueologia pública está intimamente relacionada com os aspectos que envolvem a arqueologia de contrato⁸, as políticas públicas e a educação patrimonial.

De acordo com Montarroyos (2009), existem duas esferas de atuação da arqueologia pública: aquela, normalmente concebida, de atuação de instituições públicas e aquela em que o âmbito privado desenvolve, com maior ou menor controle do Estado, projetos associados com as comunidades.

Assim, a arqueologia possui a vantagem de poder atuar junto a comunidades “fora do Estado”, sem estar subordinada às políticas oficiais e permitindo, desta maneira, um maior alcance junto a minorias étnicas e movimentos sociais de contestação. Pode, então, ser nomeada como “arqueologia público-privada”:

A Arqueologia Público-privada, ou Pública do tipo não estatal, é uma prática institucional de natureza acadêmica e democrática. Tende a se manifestar através do uso de várias tecnologias subsidiárias ou complementares que objetivam disseminar a utilidade cultural ou social da Arqueologia (MONTARROYOS, 2009).

Embora nos dois projetos de educação patrimonial que descrevemos o Estado esteja presente por meio do espaço físico da escola, as escolhas metodológicas e o público escolhido foram possíveis graças a recursos provenientes da esfera privada⁹.

A Educação Patrimonial desenvolvida em projetos de arqueologia serviu, e serve, como instrumento ativo de participação das comunidades no processo de construção do passado, embora alguns aportes mais tradicionais estejam presentes (“modelo de déficit”). Como estão previstos em lei (Portaria IPHAN n° 230/2002), os programas educativos, previstos em orçamentos de projetos, permitem o uso consciente de recursos financeiros também a favor das comunidades atingidas por obras de desenvolvimento e, conseqüentemente, por pesquisas ambientais e histórico-culturais.

Por isso, acreditamos que, quando estamos realizando programas educativos, estamos também atuando na esfera das políticas públicas, aqui também entendida em um âmbito privado. A relação políticas públicas x arqueologia pública possui muitos pontos em comum, apresentando características complementares, ao invés de contrastantes (MONTARROYOS, 2009).

Quanto às políticas públicas realizadas junto a comunidades indígenas, Souza (s.d.) destaca que antes da constituição brasileira de 1988, a homogeneização por meio do termo “índio” generalizou as práticas do Estado, procedendo da mesma maneira com as mais diversas etnias presentes no território brasileiro desde tempos pré-coloniais.

De acordo com este autor, apesar dos problemas estruturais e históricos pela qual as sociedades indígenas continuam sofrendo, a partir de 1988 abriu-se a possibilidade da realização de políticas diferenciadas, respeitando-se a diversidade e a autoafirmação étnica, permitindo a inclusão de indivíduos anteriormente considerados “mestiços” ou “caboclos” e, portanto, tidos como não-índios. Realizando uma crítica contumaz ao conceito genérico de “índio” e sua implicação para as políticas públicas, o autor considera que o “índio genérico ou romântico não deveria servir como base para as políticas públicas, embora se constate que assim tem sido há mais de cem anos durante o regime republicano” (SOUZA, [s.d.] p. 27).

Observando o que os Guarani (BRISUELA, [s.d.]) e os Kaingang (PEREIRA, [s.d.]) entendem como políticas públicas, torna-se muito mais compreensível que somente a consideração das perspectivas nativas pode contribuir para o sucesso da execução de projetos de arqueologia.

Sobre este tema, vale citar as pesquisas de Pearson e Ramlisonina (2004), junto a duas comunidades locais situadas em diferentes países e continentes: Escócia e Madagascar. Por meio da pesquisa arqueológica envolvendo ativamente os indivíduos locais, discutem a dificuldade da arqueologia afirmar e diferenciar o que é “nativo” e o que não é no registro arqueológico, contextualizado com as múltiplas histórias do passado. No entanto, estas perspectivas criam uma tensão

que, antes de criar conflitos insolúveis, possibilita o rompimento de barreiras políticas e culturais que dividem pesquisadores e agentes locais, permitindo o acesso comum ao conhecimento do passado e as ações do presente.

Para alguns pesquisadores, o fato de determinado grupo indígena possuir atualmente poucas características de sua cultura material tradicional ocasiona a perda de interesse de associá-los junto aos projetos em desenvolvimento. Contudo, o mais importante neste caso, se o foco é compreender processos do passado junto a comunidades indígenas atuais, é perceber os conceitos nativos de tempo e espaço que podem contribuir para a interpretação arqueológica.

Estes conceitos, em nosso entendimento, estão baseados dentro daquilo que Ingold (2000, p. 189) chama de “dweling perspective”:

Tal foco poderia nos permitir a mover-nos além da oposição estéril entre a visão naturalista da paisagem com um fundo neutro, extrínseco às atividades humanas, e a visão culturalística que toda paisagem é uma ordenação particular cognitiva ou simbólica do espaço. Deveríamos adotar, em lugar de ambas estas visões, o que eu chamei de “dweling perspective” de acordo com a qual a paisagem é constituída como um registro duradouro de vidas e trabalhos de gerações passadas¹⁰.

Portanto, a territorialidade indígena se reveste de importância fundamental para entendermos os processos de intercâmbio e continuidade na arqueologia, antes de apenas nos fundamentarmos em artefatos. Esta perspectiva tem sido adotada na arqueologia pública, vide os exemplos de Green, Green e Neves (2003) na Amazônia brasileira e de Pearson e Ramilisonina (2004), na Escócia e em Madagascar.

Para o contexto particular no Estado de Santa Catarina, a pesquisa de Barão (2007) utilizou as percepções Guarani sobre o espaço que ocupam junto ao litoral central, pode, desta forma, observar as “paisagens culturalizadas” (p. 01) através das áreas de manejo florestal e os locais com referências míticas e históricas, lançando importantes questões sobre os desafios das pesquisas arqueológicas

envolvendo as perspectivas indígenas.

Com a grande desigualdade social, já que a presença de pobres e excluídos é predominante, como a arqueologia pública no Brasil ainda se encontra em descompasso com relação a outros países? A resposta pode ser encontrada na conjunção entre elementos estruturais da disciplina, e o contexto histórico de seu desenvolvimento.

Funari (2004) enfatiza as origens patriarcais e o período autoritário pelo qual o país passou recentemente em que a arqueologia como disciplina se estabeleceu com um programa de amplas proporções (PRONAPA). Embora tenhamos uma grande variedade de públicos potenciais para consumo e participação arqueológica, o autor destaca a ausência de publicações, que muitas vezes se restringem a relatórios depositados em órgãos e empresas. Entre os públicos da arqueologia brasileira, destaca o interesse de outros cientistas sociais e também aqueles grupos que formam minorias étnicas e econômicas, como índios, negros e pobres.

Contudo, estas e outras audiências puderam ter maior acesso aos produtos e participação arqueológica a partir dos anos 1980, após a reabertura política pela qual o país passou. Apesar do relativo atraso, a arqueologia socialmente engajada está atualmente passando por um período de crescimento, e seria importante se há médio prazo pudéssemos obter adesão da maioria da comunidade científica para com as agendas públicas.

Considerações Finais

A conclusão mais geral tirada destas reflexões refere-se à necessidade dos arqueólogos se envolverem sempre com as comunidades onde os projetos são desenvolvidos. É por isso que, em grande medida, somos confundidos com “caçadores de tesouros” extraindo supostas “preciosidades” da terra e levando-as para a “cidade”, ficamos “ricos”.

Esta mudança de “caçadores de tesouro” para “caçadores de coisas do passado” pode acontecer, desde que um engajamento tácito ocorra, abrindo possibilidades de entendimento da arqueologia e,

assim, permitindo novas construções sobre o passado, aliada com a preservação do patrimônio.

Embora uma infinidade de vertentes teóricas procure realizar uma arqueologia pública, é inegável que os arqueólogos pós-processuais, principalmente aqueles que bebem da fonte da Teoria Social, têm realizado com maior sucesso estes desafios.

Acuto e Zarankin (1999) apontam os giros epistemológicos que a Teoria Social permite: 1) a inclusão da interpretação na arqueologia; 2) a existência de significados na cultura material; 3) o indivíduo dotado de agência; 4) uma aproximação com a história e demais ciências sociais; 5) os conceitos de tempo e espaço revisados; 6) crítica contumaz ao funcionalismo; 7) importância da ação social sobre o ambiente; 8) realização de estudos etnoarqueológicos; 9) o sítio como um texto a ser lido; 10) a realização de uma arqueologia pública e 11) o contexto social em que o arqueólogo vive e atua possui importância sobre suas interpretações do passado. Sobre o tópico 10, que mais nos interessa no momento, afirmam que atualmente “se revê as relações do arqueólogo com a sociedade a qual faz parte” (p. 11)¹¹.

Em nosso ponto de vista, o relacionamento com as sociedades indígenas passa necessariamente por questões que envolvem políticas públicas, uma vez que o Estado apresenta-se omissivo na maioria dos casos. Munir tais minorias provê uma chance para a reprodução cultural e social e os consequentes entendimento e atendimento de grupos que lutam há séculos pela sobrevivência física e étnica.

Sobre nossos trabalhos junto a duas comunidades indígenas, acreditamos que embora seja pouco, trata-se de importante passo para a inclusão do índio de hoje e, portanto, não apenas o índio de ontem, nas agendas de pesquisa de arqueologia, aproveitando os recursos financeiros repassados por empresas públicas e privadas. A inclusão da comunidade em escavações e em programas educativos torna-se o primeiro passo, em um longo caminho para a mudança paradigmática de pesquisas meramente “acadêmicas” ou “contratuais”.

Notas

* Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – campus de Chapecó/SC e doutorando do programa “Quaternário: Materiais e Culturas” da Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro (UTAD), de Portugal.

** Pesquisadora da Faepesul (Fundação de Apoio à Educação, Ensino e Extensão da Unisul) de Tubarão/SC e Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

¹ Discussões sobre uma “nova geração de arqueólogos” no Brasil podem ser acessadas em Oliveira (2002; 2005) e Hilbert (2007).

² Ver matéria completa em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2002/04/23947.shtml>.

³ Schiavetto (2003, 2005), a partir de uma perspectiva pós-processual, ampliou este quadro interpretativo, principalmente no que se refere às implicações identitárias.

⁴ Tradução nossa.

⁵ World Archaeological Congress (WAC), ocorrido na África do Sul, em 1999.

⁶ Tradução nossa.

⁷ Tradução nossa.

⁸ Para uma discussão sobre a natureza e o campo de atuação da arqueologia de contrato, ver Caldarelli e Santos (1999/2000).

⁹ O projeto desenvolvido no município de Chapecó/SC foi realizado pela Arqueosul Consultoria Científica e o projeto de Palhoça/SC pela Paepesul (Fundação de Apoio à Educação, Ensino e Extensão na Unisul).

¹⁰ Tradução nossa.

¹¹ Tradução nossa.

Referências

ACUTO, Félix A.; ZARANKIN, Andrés. Introducción: Aun Sedientos. In: ACUTO, Félix A.; ZARANKIN, Andrés. (Org.). **Sed Non Satiata: Teoría social en la arqueología latinoamericana contemporánea**. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente, 1999.

BARÃO, Vanderlise Machado. Arqueologia e povos indígenas: a construção de um diálogo sobre paisagem e manejo ambiental. CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (SAB) 14. **Anais do XIV**. CD-Rom. Florianópolis, 2007.

BRISUELA, Felipe. Políticas públicas na perspectiva Guarani. In: SCHWINGEL, Luís Roberto. **Povos indígenas e políticas públicas de assistência social**. Secretaria de Trabalho, Cidadania e assistência social (STCAS) do Estado do Rio Grande do Sul. [s.d.] p. 18-19.

BROCHADO, José Justiniano Proenza. **An Ecological Model of the**

Spread of Pottery and Agriculture Into Eastern South América. 1984. Tese (doutorado) - Champaign: University of Illinois, 1984.

CALDARELLI, Solange; SANTOS, Maria do Carmo Mattos dos. Arqueologia de contrato no Brasil. **Revista Usp**, nº 44, 1999-2000.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, nº 01, 1994, p. 23-41.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. O papel estratégico da arqueologia na delimitação de terras indígenas e quilombolas. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS. 7, **Anais do VII Brasília**, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. Public archaeology in Brazil. In: MERRIMAN, N. **Public Archaeology**. N. London and New York: Routledge. 2004. p. 202-210.

GREEN, Leslie Fordred; GREEN, David R.; NEVES, Eduardo Góes. Indigenous knowledge and archaeological science. **Journal of Social Archaeology**, vol. 3 (3), Sage Publications, 2003, p. 366-398.

HILBERT, Klaus. 'Cave canem!': cuidado com os 'Pronapianos'! Em busca dos jovens da arqueologia brasileira. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 2, n. 1, p. 117-130, 2007.

INGOLD, Timothy. **The perceptions of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000.

JOHNSON, Mathew. **Teoría arqueológica**. Barcelona: Ariel, 2000.

LINO, Jaisson Teixeira. **Arqueologia Guarani na Bacia Hidrográfica do rio Araranguá, Santa Catarina**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Porto Alegre, 2007.

LINO, Jaisson Teixeira. **Arqueologia Guarani no Vale do Rio Araranguá: Aspectos de Territorialidade e Variabilidade Funcional**. Erechim: Ed. Habilis, 2009.

MARTINS, Gilson Rodolfo. Contribuições da arqueologia em perícias

judiciais realizadas durante a demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul. CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (SAB), 7, **Anais do XII** São Paulo, 2003. CD-rom.

MERRIMAN, Nick. Introduction: Diversity and dissonance in public archaeology. In: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London and New York: Routledge, 2004, p. 1-18.

MOI, Flávia Prado. Patrimônio imaterial e tradição oral: potencialidades de pesquisa. Congresso da SAB. Universidade de São Paulo: ANAIS DO XII. São Paulo, 2003. CD-rom.

MONTARROYOS, Heraldo Elias. O desenho epistemológico da arqueologia pública: regras para construção de um relatório técnico-científico. **Revista Eletrônica de História**, 2009. Disponível em: www.historiaehistoria.com.br. Acesso em 05 mar. 2009.

NOELLI, Francisco Silva. **Sem tekohá não há tekó**: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do Jacuí, Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. A arqueologia brasileira da década de 1980 ao início do século XXI: uma avaliação histórica e historiográfica. **Estudos Ibero-americanos**. PUCRS, v. XXVIII, n. 2, p. 25-52, 2002.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri'y. **Revista de Arqueologia**, vol. 19, São Paulo: SAB, 2006, p. 29-50.

PEARSON, Mike Park; RAMILISONINA. Public archaeology and indigenous communities. MERRIMAN, N. **Public Archaeology**. London and New York: Routledge, 2004, p. 224-239.

PEREIRA, Antonio Tomás. Políticas públicas na perspectiva Kaingang. SCHWINGEL, Luís Roberto. **Povos indígenas e políticas públicas de assistência social**. Secretaria de Trabalho, Cidadania e assistência social (STCAS) do Estado do Rio Grande do Sul, [s.d], p. 16-17.

RENFREW, Collin; BAHN, Paul. **Arqueología: Teorías, métodos y prácticas**. Madrid: Akal, 1993.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Lunardelli, 1977.

SCHIAVETTO, Solange Nunes. **A Arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena**. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHIAVETTO, Solange Nunes. A questão étnica no discurso arqueológico: afirmação de uma identidade étnica indígena minoritária ou inserção na identidade nacional? FUNARI, Pedro Paulo de Abreu; ORSER Jr. Charles E.; SCHIAVETTO, Solange Nunes. **Identidades, discurso e poder: Estudos de arqueologia contemporânea**. São Paulo: Annablume, 2005.

SILVA, Fabíola Andrea. Produção e uso da cultura material e a formação do registro arqueológico: o exemplo da cerâmica dos Asurini do Xingu. **Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul, Unisc**, vol. 24, n. 32, 2000, p. 59-110.

SOARES, André Luís. **Guarani: Organização Social e Arqueologia**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. A construção de políticas públicas diferenciadas às comunidades indígenas no Rio Grande do Sul: O caso dos Kaingang. SCHWINGEL, Luís Roberto. **Povos indígenas e políticas públicas de assistência social**. Secretaria de Trabalho, Cidadania e assistência social (STCAS) do Estado do Rio Grande do Sul, [s.d.], p. 24-36.

WOLF, Eric. **Europe and the people without History**. Berkeley: University of California Press, 1990.

Abstract

The present article proposes some reflections about the relationships among the public archeology, the public politics and the indigenous societies in the State of Santa Catarina, through a discussion gone back to the inclusion of ethnic minorities in the research agenda. We defends a research strategy socially engaged, contributing for to the adoption of public politics in favor of the indigenous groups.

Keywords: Public archaeology. Public politics. Indigenous societies. Heritage education.

